



ESTADO DO PIAUÍ
Assembleia Legislativa

AL-P-(SGM) Nº 261

Teresina (PI), 15 de julho de 2014

AP.010.1.003880/14
Senha: 8727823

www.protocolo.pi.gov.br

Senhor Governador,

Tenho a satisfação de dirigir-me a Vossa Excelência para encaminhar-lhe, devidamente aprovado pelo Poder Legislativo, o anexo **Indicativo de Projeto de Lei** de autoria do **Deputado Henrique Alencar Rebelo** que:

“Cria a Medalha do Mérito Penitenciário Humberto Reis da Silveira, no âmbito do Governo do Estado através da Secretaria de Estado da Justiça – SEJUS, e dá outras providências.”

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência protestos de especial consideração e elevado apreço.


Dep. **THEMÍSTOCLES FILHO**
Presidente

Excelentíssimo Senhor
ANTÔNIO JOSÉ DE MORAES SOUZA FILHO
Digníssimo Governador do Estado do Piauí
Palácio de Karnak
NESTA CAPITAL

ARCIO DO CAB. DO GOVERNADOR
RECEBI em 18/07/2014
F
Responsável



ESTADO DO PIAUÍ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

1

INDICATIVO Nº 07 DE DE DE 2014

Cria a Medalha do Mérito Penitenciário "Humberto Reis da Silveira", no âmbito do Governo do Estado através da Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criada, no âmbito do Governo do Estado através da Secretaria de Estado da Justiça-SEJUS, a Medalha do Mérito Penitenciário "Humberto Reis da Silveira".

Parágrafo único. A Medalha do Mérito Penitenciário "Humberto Reis da Silveira" é destinada a agraciar os servidores da SEJUS e autoridades ou personalidades que prestaram relevantes serviços à causa do sistema prisional do Estado, contribuindo para o seu aperfeiçoamento e projeção.

Art. 2º Poderá receber a Medalha do Mérito Penitenciário "Humberto Reis da Silveira":

§ 1º O servidor:

I - cujo desempenho funcional tenha sido avaliado como "bom" pela chefia imediata e demais superiores, nos últimos 3 (três) anos;

II - que não esteja respondendo processo administrativo disciplinar;

III - que não tenha sido punido disciplinarmente por falta que comprometa a honra e a dignidade pessoal do servidor penitenciário, bem como o bom nome do órgão a que está vinculado;

IV - que não tenha praticado atos ofensivos à moral e aos bons costumes;

V - que não tenha sido condenado em processo crime, por sentença transitada em julgado.

§ 2º Autoridades e personalidades que prestaram relevantes serviços à causa do sistema penitenciário do Piauí.

Art. 3º Fica instituída a Comissão de Outorga da Medalha do Mérito Penitenciário "Humberto Reis da Silveira", da Secretaria de Estado da Justiça, integrado por membros a serem escolhidos e nomeados pelo Secretário de Estado da Justiça, com aprovação do Chefe do Poder Executivo.

Parágrafo único. Compete ao Secretário de Estado da Justiça regulamentar o funcionamento da Comissão de Outorga da Medalha do Mérito Penitenciário "Humberto Reis da Silveira".

Art. 4º O processo de concessão da Medalha observará:

I - O Secretário de Estado da Justiça, tendo ouvido a Comissão de Outorga da Medalha do Mérito Penitenciário "Humberto Reis da Silveira", em processo administrativo sobre o mérito da concessão, indicará ao Chefe do Poder Executivo os nomes dos servidores, autoridades e personalidades em condição de serem agraciados com a Medalha;

II - Aprovado os nomes pelo Chefe do Poder Executivo, a solenidade de entrega da honraria será realizada após a publicação no Diário Oficial do Estado, de Decreto Executivo constando a relação dos agraciados.



ESTADO DO PIAUÍ

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA.

2

Art. 5º Compete ao Secretário de Estado da Justiça e a Comissão de Outorga da Medalha decidir qual o modelo e como será confeccionada a Medalha do Mérito Penitenciário “Humberto Reis da Silveira”, bem como a data em que será outorgada.

Art. 6º As medalhas serão oferecidas aos agraciados sem nenhum ônus, devendo as despesas decorrentes de sua confecção e solenidade de entrega correr a conta de disponibilidade de dotação orçamentária própria da SEJUS, em consonância com a autorização do Governo do Estado.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO PETRÔNIO PORTELA, em Teresina (PI), 09 de julho de 2014.

Dep. **THEMÍSTOCLES FILHO**

Presidente

Dep. **FÁBIO NOVO**

1º Secretário

Dep. **HELIO ISAIAS**

2º Secretário

